

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

OS MERCADOS DOS AGRICULTORES PRONAFIANOS EM PANAMBI E PASSO FUNDO (RS)

Indaia Dias Lopes¹
Airton Adelar Mueller²
Juliana da Fonseca Capssa Lima Sausen³

Resumo: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a principal política pública para a agricultura familiar brasileira e possui mais de 25 anos de funcionamento, passando por muitos avanços e muitos desafios. Considerando a importância desta política pública, este estudo tem como objetivo identificar os principais mercados acessados pelos agricultores familiares pronafianos nos municípios de Passo Fundo e Panambi, no estado do Rio Grande do Sul (RS), no período de 1995 a 2020. Trata-se de uma pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de entrevistas, legislação, livros e artigos científicos. Os resultados indicam que os agricultores familiares pronafianos em Panambi acessam diferentes tipos de mercados, como convencionais, locais e territoriais e institucionais, sendo os principais as feiras livres, cooperativas de recebimentos de grãos e mercado da alimentação escolar. Conclui-se que emergem outras questões a partir deste estudo, como o favorecimento de monoculturas e dificuldades de organização dos pequenos agricultores em cooperativas e associações.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Pronaf; Crédito rural.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf) é a principal política pública brasileira para a agricultura familiar e pode oportunizar à esta categoria social o aumento da sua produção e a inserção em diferentes tipos de mercados (Battisti; Writzl; Rotta, 2024; Noskoski *et al.*, 2024).

O Pronaf foi criado no ano de 1995, em um cenário de ausência de políticas públicas para a agricultura familiar e onde ocorriam intensos confrontos entre os movimentos sociais e o Estado, com reivindicações por terra e crédito agrícola. Esse Programa consiste em uma

¹ Doutora em História pela Universidade de Passo Fundo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2966-8461>. E-mail: indaia_lopes@yahoo.com.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6270-5856>. E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

³ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4146-8294>. E-mail: jucapssa@gmail.com

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

política pública de crédito rural, que foi formulada com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito formal a uma categoria social que historicamente estava excluída desse processo, oportunizando a sua participação em um mercado de produção e consumo.

Por tratar-se de uma política pública federal, esta é operacionalizada em praticamente todos os municípios brasileiros, os quais possuem características distintas e especificidades locais. É em nível local que são percebidas as especificidades na execução do Pronaf, onde ocorre o envolvimento de diferentes atores sociais que fazem a gestão e a utilização dos recursos.

Tendo em vista a importância do Pronaf para a agricultura familiar brasileira e a importância dos seus recursos para que esta categoria social possa investir em seus projetos produtivos, este artigo tem como objetivo identificar os principais mercados que acessam os agricultores que se utilizam dessa política pública nos municípios de Passo Fundo e Panambi, no estado do Rio Grande do Sul (RS), no período de 1995 a 2020.

No que tange à delimitação espacial, os municípios de Panambi e Passo Fundo foram selecionados como dois casos a serem estudados a partir de algumas evidências que apontaram para a existência de elementos distintos entre tais locais e que são considerados como importantes realidades a serem observadas. O município de Panambi possui uma agricultura familiar com características modernas com a expressiva organização desses agricultores, seja em cooperativas ou em associações. Já Passo Fundo é o maior município do norte do RS e teve seu desenvolvimento caracterizado pela forte presença de granjeiros voltados à produção de trigo e, posteriormente, de soja, vinculados a processos agroindustriais a montante e a jusante e por reduzida população no meio rural (Tedesco; Sander, 2005; Tedesco, 2006; Cassol, 2013). Porém, segundo Tedesco (2010), na região centro-norte do RS, incluindo o município de Passo Fundo, visualiza-se a presença de agricultores familiares com características camponesas no trabalho e nas relações sociais, tendo na família a sua base, preservando os conhecimentos

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

tradicionais, utilizando-se de práticas empreendedoras para comercializar os seus produtos os quais têm origem no trabalho em pequenas propriedades.

O recorte temporal definido para este estudo é de 1995 a 2020. Inicia-se no ano de 1995, pois, neste ano foi implementada a Resolução nº 2.191, que instituiu o Pronaf. O ano de 2020 é igualmente importante, uma vez que completa um ciclo de 25 anos de funcionamento do Programa, que passou por avanços e retrocessos desde sua formulação em relação às demandas da agricultura familiar e do meio rural (Bianchini, 2015).

Este artigo está organizado em cinco seções, a contar por esta introdução. Na segunda seção aborda-se a temática dos mercados e de sua importância para a agricultura familiar. Após, apresenta-se o percurso metodológico utilizado para a construção deste estudo. A quarta seção contempla a discussão dos resultados nos municípios de Panambi e Passo Fundo. Na última seção, constam as considerações finais, seguidas das referências utilizadas.

OS MERCADOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Os mercados constituem-se em espaços reais, onde há o confronto entre os atores sociais e sua forma está diretamente relacionada à força, à organização e ao poder e recursos que cada um dos lados possui (Schneider; Ferrari, 2015). Para Abramovay (2004), os mercados devem ser estudados como construções sociais, por meio de um viés institucional, sociológico e histórico, evitando incorrer em dois erros frequentes. De um lado, compreender o mercado como uma solução universal, entendido como algo superior à vida dos próprios atores sociais. Por outro lado, de forma negativa e, como o próprio autor se refere, diabólico, distorcendo, corrompendo e degradando a relação entre os atores sociais. Este estudo considera que os mercados construídos socialmente contribuem positivamente para a reprodução social dos agricultores familiares a longo prazo e para o desenvolvimento local e regional.

Ao discutir a importância e a organização dos mercados para a agricultura familiar, considera-se importante abordar a análise de Braudel (2009) sobre a história das trocas, a vida

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

social e as relações socioeconômicas na construção dos mercados, e a caracterização das feiras na Europa nos séculos XV-XVIII.

Na análise dos instrumentos de troca e da organização dos mercados na Europa nos séculos XV-XVIII, Braudel (2009) refere-se à distância entre produtores e consumidores, ampliada com a organização dos mercados. Nas palavras do autor: “nesse jogo, perdem-se as prescrições, hábitos e tradições, que voam em estilhaços” (Braudel, 2009, p. 27). Com a formação da cadeia de intermediários e o alongamento das cadeias, há uma ruptura do mercado tradicional, onde as negociações ocorriam em sua maioria *face to face*. Esse fenômeno, evidenciado por Braudel (2009), não é algo novo e já ocorria ao menos desde meados do século XIII na Inglaterra, especialmente no que diz respeito à comercialização do trigo, por exemplo.

O processo de modernização da agricultura, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960, resultou em um modelo produtivista, que se expandiu com o aumento da demanda internacional por *commodities* agrícolas. Frente às diferentes transformações do mundo moderno, a agricultura familiar insere-se em diferentes circuitos de produção e de consumo.

Os agricultores familiares organizam-se de diferentes maneiras e inserem-se em vários tipos de mercados. Buscando construir uma tipologia dos mercados para a agricultura familiar, Schneider (2016) classifica os mercados em que os agricultores familiares estão inseridos em quatro tipos: 1) mercados de proximidade, 2) mercados locais e territoriais, 3) mercados convencionais, e 4) mercados públicos e institucionais, conforme está expresso no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia dos mercados da agricultura familiar

	Tipo de agricultor familiar	Lócus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas/modelo de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Mercados de proximidade	Camponês; Produtor de excedentes	Spot; Venda direta; Somente local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa; - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos consumo

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadorias	Spot; Local, regional e territorial	Diversificado + Complementariedade	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas; - Sacolão
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; <i>Placeless/ Unbond</i>	Concorrencial	Contratos + Preços	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, Seleção Pública	Contratos públicos + Leis	- Alimentação escolar; - <i>Fair trade</i> ; - Órgãos internacionais (FAO; PMA); - ONGs; - Hospitais, Universidades, Forças Armadas; - Entidade assistencial; - Estoques governo

Fonte: Schneider (2016, p. 127).

O autor ressalta que as tipologias não têm caráter analítico e nem explicativo. Portanto, nesse estudo tais tipologias contribuem para identificar a maneira como os agricultores pronafricanos interagem com o mercado na região estudada.

METODOLOGIA

Este estudo trata de uma pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa dos dados (Gil, 2016; Minayo, 2016). O universo deste estudo é o Pronaf nos municípios de Panambi e de Passo Fundo. Em razão do volume de dados a ser gerado e pelo tipo de pesquisa envolver também pesquisa de campo com entrevistas diretas, o número de atores sociais entrevistados foi definido a partir da técnica denominada de bola de neve (*snowball*), considerando o ponto de saturação (Vinuto, 2014).

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Neste trabalho, a partir dos procedimentos e técnicas da História de expressão oral, foram produzidas as fontes orais. A História Oral consiste em uma metodologia de pesquisa a partir da qual realizam-se entrevistas com sujeitos que participaram ou participam de acontecimentos no passado ou no presente (Alberti, 2008).

Com o objetivo de preservar a identidade dos entrevistados, os autores optaram por ocultar os nomes dos sujeitos, que foram identificados, no trabalho, pelas letras iniciais de cada um dos grupos, seguidas do número de realização da entrevista.

Os grupos de entrevistados foram: Grupo 1) extensionistas e assistentes técnicos da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) dos municípios (que, nesses casos, é a Emater), classificados pelas iniciais AT; Grupo 2) agricultores familiares e representantes de suas associações ou cooperativas, beneficiários do Pronaf, classificados pelas iniciais AF. Entre esses indivíduos, foram selecionados alguns sujeitos em cada grupo, por meio de contato prévio com as instituições e identificação dos que participaram e/ou participam da execução do Pronaf e alguns agricultores familiares beneficiários que estavam dispostos a participar da entrevista.

As entrevistas foram realizadas em conformidade com os roteiros de entrevista, os quais foram divididos em grupos diferenciados, para que cada entrevistado pudesse abordar as informações sobre as etapas do Pronaf. Foram realizadas 12 entrevistas diretas, que ocorreram do mês de setembro de 2019 até o mês de novembro de 2021.

A análise dos dados foi realizada pela técnica de Análise de Conteúdo, utilizando-se da técnica de Análise Categrial (Bardin, 2016). No trabalho são citados alguns fragmentos das entrevistas, que foram identificados pelas iniciais das categorias de sujeitos entrevistados, seguidos pelo número da ordem de realização da entrevista.

O Projeto de pesquisa que originou este artigo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Passo Fundo (UPF) e aprovado em 10 de janeiro de 2019, conforme parecer consubstanciado número 3.110.547.



Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

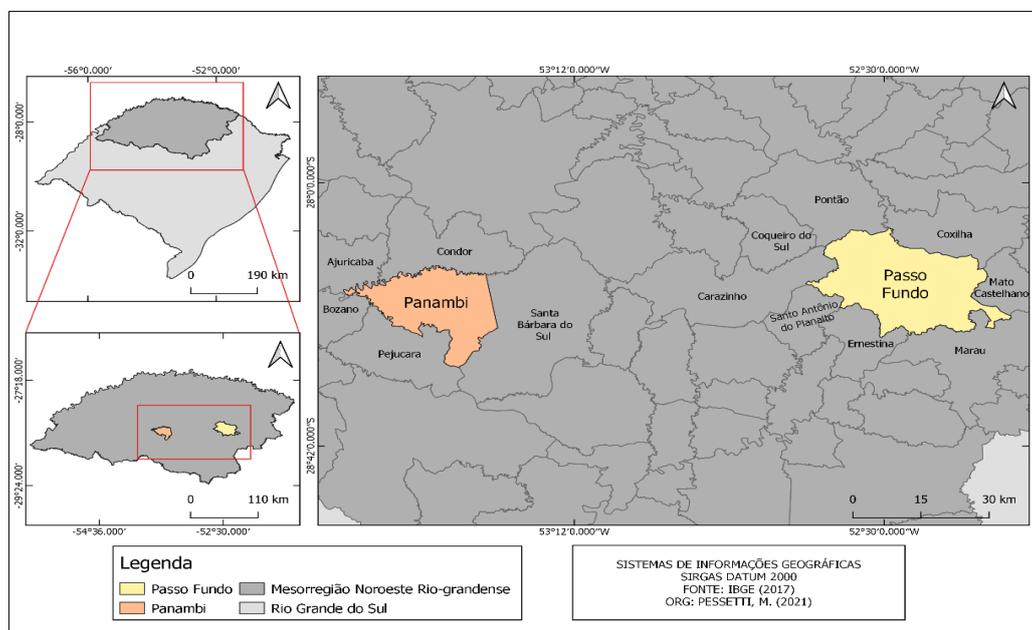
even3.com.br



MERCADOS DOS AGRICULTORES PRONAFIANOS EM PANAMBI E PASSO FUNDO

Em relação ao recorte temporal do estudo, os municípios selecionados foram Panambi e Passo Fundo, localizados na mesorregião noroeste do RS, conforme pode-se visualizar na Figura 1.

Figura 1 – Localização geográfica dos municípios pesquisados



Fonte: IBGE (2017).

Essa mesorregião é uma região de colonização, baseada no lote colonial com área média de 25 hectares (ha), principalmente com colonos de origem alemã e italiana, onde inicialmente desenvolveu-se uma economia pautada na agricultura diversificada, que possibilitou espaço

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

para as lavouras mecanizadas. Entende-se colonização a partir de Roche (1969), que a explica como o processo de exploração de determinada região, com mão de obra de origem europeia.

No contexto da agricultura familiar, os mercados locais e territoriais são relevantes, visto que envolvem diferentes aspectos e características específicas dessa categoria social: Os mercados devem ser compreendidos como formas de interação entre os atores sociais, e não como algo metafísico ou abstrato. Os mercados públicos e institucionais, exemplos de importantes mercados acessados por pronafianos, são o resultado da construção social e política, e têm origem em recursos públicos, que provêm de contribuições públicas. Esses mercados são criados para atender demandas específicas, como a da alimentação escolar, de hospitais, de cestas básicas, e seu funcionamento pode ser realizado por um controle mais ou menos aberto (Schneider, 2016; 2017).

Outro importante espaço de comercialização dos agricultores familiares são as feiras livres. Não se trata de um fenômeno recente, este mercado se mantém ao longo dos séculos e, conforme Braudel (2009), dada a simplicidade característica destes locais, é incomparável o ambiente tomado pelos gêneros alimentícios frescos, originários das hortas e dos campos próximos. Outra característica desse mercado, apontada pelo referido autor, é a venda sem intermediários, de forma mais direta. Essa modalidade de troca já era praticada em Pompéia, e muitos séculos antes, na Grécia, na China clássica, no Egito faraônico, na Babilônia e em muitos outros países.

Os mercados dos pronafianos em Panambi

O município de Panambi possui significativo potencial de agroindustrialização (Reis, 2018). Conforme dados obtidos junto à Secretaria de Agricultura do município de Panambi, em 2020, havia 20 agroindústrias familiares e, além dessas, duas estavam com a documentação em avaliação para formalizar as atividades produtivas. As 20 agroindústrias de Panambi estão

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

cadastradas no Programa Estadual da Agroindústria Familiar (Peaf), da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS, conforme expõe o Quadro 2.

Quadro 2 – Agroindústrias cadastradas no Peaf em Panambi

Agroindústria	Processamento
Agroindústria Baron	Panificados
Agroindústria Buhring Apicultura	Mel
Agroindústria Inácio & Inácio	Panificados – Cucas e bolachas
Agroindústria Laranjeiras	Carne e linguiça de ovinos
Agroindústria Mattos e Muller	Conservas vegetais e mandioca
Agroindústria Panificados do Vale	Panificados
Agroindústria Panificados Suave Sabor	Pão, bolacha, cuca, massa
Agroindústria Pohl	Queijo, leite pasteurizado, bebida láctea
Apicultura Gabbi	Mel e própolis
Armazém dos panificados	Panificados
Cooperativa Frutipan	Sucos de frutas
Dilson Graff	Embutidos e panificados
Embutidos Girardi	Embutidos
Embutidos Rincão	Embutidos, defumados, banha e torresmo
Frangos Campesino	Frango caipira resfriado
Granja Avícola Boa Nova	Ovos
Granja Avícola Boa Postura	Ovos coloniais
Granja Avícola Confiança	Ovos coloniais
Jr Ovos Coloniais	Ovos de codorna
Tradição Embutidos e Defumados	Linguiça, defumados, banha e torresmo

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Das agroindústrias listadas no Quadro 2, se percebe que as agroindústrias locais processam produtos diversificados, como pão, mel, queijos, leite, iogurtes, linguiça, sucos de frutas, conservas, carnes, ovos, entre outros. As agroindústrias familiares de pequeno porte são caracterizadas por relações de proximidade e de confiança entre os produtores e os consumidores, e os produtos produzidos por essas organizações, muitas vezes, não precisam de garantias de qualidade formais, o que, por outro lado, pode ser um entrave quando precisam ser construídos mercados mais longos (Niederle; Schubert; Schneider, 2014).

No município de Panambi, identificou-se que as principais organizações de agricultores familiares e cooperativas são: a Associação dos Agricultores Familiares de Panambi

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

(Agrifami); a Cooperativa de Fruticultores de Panambi (Frutipan); e a Associação dos Apicultores de Panambi (Apipan) e a Cotripal Cooperativa Agropecuária (Cotripal), instituição que atua em 12 municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul e possui mais de 4 mil associados, dos quais um número significativo são agricultores familiares.

A Agrifami é uma associação que reúne agricultores familiares do município de Panambi, em que um pouco mais da metade dos associados são pronafianos. Essa associação surgiu a partir de duas demandas específicas: de um lado, os agricultores precisavam aumentar suas vendas; e, por outro, com o surgimento dos mercados institucionais para a agricultura familiar, como o PNAE⁴, a partir de 2009, o município precisava organizar os agricultores para que pudessem atender essa demanda. Nesse contexto, a Agrifami foi fundada em 15/12/2010, tem sua sede no interior⁵ de Panambi e atualmente conta com um quadro de 64 associados, dos quais 34 possuem Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) ativas.

Conforme o representante da Agrifami (AF5), a maioria dos seus associados utiliza ou já utilizou as linhas de crédito do Pronaf para fazer uma melhoria, um investimento ou uma ampliação na sua agroindústria ou no seu cultivo, mas de forma individual, com o objetivo de melhorar a sua propriedade. Sobre as dificuldades no acesso ao Pronaf, para esse entrevistado:

[...] tem alguns gargalos que a gente tem que correr atrás, às vezes o crédito é limitado, a pessoa não está tão bem estruturada. Muitas vezes o cara que está começando na agricultura, o agricultor novo, muitas vezes, ele é mais uma aposta do que um agricultor já consolidado. A instituição financeira às vezes até fica: o cara não tem muita renda, aí se torna um pouco complicado (AF5, agricultor familiar e presidente da Agrifami, 2020).

⁴ O PNAE é uma das políticas públicas brasileiras de maior longevidade e é referência para outros países da América Latina e da África em termos de Programas de Alimentação Escolar. A partir do ano de 2009, com a Lei nº 11.947, ficou determinado que, dos valores repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo, 30% deveriam ser destinados à compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultora familiar ou do empreendedor familiar rural e de suas organizações. A referida legislação oportunizou aos agricultores familiares brasileiros um mercado institucional para comercializar seus produtos (Lopes, 2018).

⁵ Localiza-se na Linha Rincão Fundo, em Panambi/RS.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

A questão apontada pelo representante da Agrifami (AF5) como uma dificuldade no acesso ao Pronaf, trata-se da inserção no Programa de agricultores familiares que não são considerados pelos bancos como o público preferencial e que não estão integrados ao sistema bancário. Dessa forma, para esse público especificamente, as dificuldades iniciais são maiores. Porém, o entrevistado evidencia que as normas do Pronaf mudaram muito nos últimos anos, principalmente em termos de ampliação das linhas de crédito, o que possibilitou uma maior adesão por parte dos associados da Agrifami e, particularmente, na questão das agroindústrias, onde o município de Panambi é considerado como referência, com agroindústrias consolidadas.

As entrevistas permitem identificar uma forte atuação da Emater municipal, tanto na construção da Agrifami, quanto no apoio para o desenvolvimento de suas atividades, orientação e auxílio na participação dos mercados institucionais, principalmente. Percebe-se que os agricultores familiares e seus representantes entrevistados compreendem o Pronaf como um importante instrumento para a melhoria das atividades produtivas, mas que a efetividade e os resultados positivos não dependem apenas do crédito:

[...] é um conjunto de fatores, não é só o Pronaf, é a família trabalhar bem, trabalhar certo, ter uma boa assistência, estar inserida numa política bem eficiente. Aí nesse conjunto de fatores acaba influenciando, então é bem por aí. Não adianta às vezes você ter um acesso a um crédito, você ter um mercado e não saber aproveitar esse mercado, aí a juventude olha com maior desconfiança, não sente firmeza, não tem vontade. O principal é ver que é viável, ver que dá renda e ver que é um projeto de futuro (AF5, agricultor familiar e presidente da Agrifami, 2020).

Para Cruz *et al.* (2020), o Pronaf tem significativa importância econômica para a agricultura familiar, mas para que os agricultores melhorem seus processos produtivos, é necessário conhecimento técnico e, novamente, ressalta-se o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para o aprimoramento desta política pública.

Considerando os limites do crédito rural evidenciado pelos agricultores entrevistados, acredita-se que a política pública aliada à atuação de uma Ater efetiva possam contribuir

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

significativamente para o avanço do Pronaf. A ampliação de crédito possibilitou a diversificação da produção da agricultura familiar em atividades como: a fruticultura, as agroindústrias familiares, a olericultura e o turismo rural. Além disso, também foi possível evidenciar tradicionais e novos mercados para a comercialização de seus produtos, entre os quais as feiras de produtores, o mercado institucional da alimentação escolar e pequenos mercados (Seminotti, 2015).

As feiras livres foram regulamentadas em Panambi a partir da Lei municipal nº 198/1963 (Panambi, 1963) e se constituem em importantes mercados para a comercialização dos produtos dos agricultores pronafianos no município.

As *commodities* produzidas pelos agricultores familiares pronafianos em Panambi são comercializadas, principalmente, por meio da Cooperativa Cotripal. Essa tipologia de mercado é denominada por Schneider (2016) como mercados convencionais e é regulada por meio de contratos, tendo a cooperativa como intermediário. Nesse tipo de mercado há um distanciamento entre produtores e consumidores. Para Niederle (2017), o Estado continua direcionando as políticas públicas para as categorias mais capitalizadas, que, no caso da agricultura familiar, em grande parte, estão inseridas em várias cadeias convencionais.

OS MERCADOS DOS PRONAFIANOS EM PASSO FUNDO

As feiras livres são importantes espaços de comercialização dos produtos de agricultores pronafianos nos dois municípios estudados. Em Passo Fundo, as feiras livres foram regulamentadas pela Lei municipal nº 156/50 (Passo Fundo, 1950), que estabeleceu e regulamentou as normas e o funcionamento das feiras.

Dentre os agricultores familiares entrevistados em Passo Fundo, muitos comercializam seus produtos nas feiras livres do município. As principais são: a Feira do Pequeno Produtor (conhecida popularmente como Feira da Gare), a Feira Ecológica e a Feira Ecológica da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

A Feira do Pequeno Produtor iniciou em Passo Fundo, no ano de 1975, reunindo 12 pequenos agricultores ao ar livre na Praça General Neto e, após, mudou-se para a Praça Tamandaré. Depois, novamente mudou-se para o Parque Municipal da Gare, na antiga Viação Férrea do município, permanecendo ali até a atualidade (Cassol, 2013). A Feira do Pequeno Produtor consolidou-se ao longo dos anos e reúne mais de 60 produtores que comercializam seus produtos semanalmente.

Segundo Tedesco (2006), a Feira Ecológica de Passo Fundo é realizada desde o ano de 1998 e está inserida em um conjunto de feiras ecológicas realizadas em diversos municípios gaúchos: Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Antônio Prado, além de outros municípios. Ela é realizada semanalmente na Praça da Mãe Preta, no centro da cidade de Passo Fundo. Já a Feira Ecológica da UPF iniciou no ano de 2015.

Conforme Schneider (2016), as feiras livres são compreendidas como mercados de proximidade, onde há uma valorização dos aspectos e da qualidade dos bens comercializados, com base em trocas que ocorrem de forma direta, aproximando produtores e consumidores.

No município de Passo Fundo não se identificou nenhuma associação ou cooperativa de agricultores familiares que agregue a diversidade de agricultores deste município. Conforme evidenciado no estudo de Lopes (2018), havia duas associações de agricultores familiares em Passo Fundo, a Associação Pequenos Agricultores Familiares de Passo Fundo (Agropasso) e a Cooperativa de Produtores de Leite de Passo Fundo Ltda (Agroleite). Essas instituições tiveram problemas em sua administração, onde devido a irregularidades no que diz respeito à legislação dos mercados institucionais do qual participavam (PNAE), elas foram desarticuladas. Alguns agricultores familiares de Passo Fundo que eram vinculados a essas organizações, acabaram se associando em cooperativas de municípios vizinhos, como é o caso da Cooperativa de Produção

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Terra e Vida Ltda (Coopervita), localizada no município de Tapejara⁶ (RS) e que possui em seu quadro de associados atual apenas três agricultores⁷ familiares de Passo Fundo.

Ainda que em Passo Fundo predominem agricultores familiares com viés produtivista, identificou-se que a produção agroecológica no município é insipiente. Mesmo assim, cabe destacar que o Pronaf possui linhas de financiamento (Niederle, 2017) que contribuem para viabilizar esses mercados, mas há limitações em seu acesso, principalmente pelo lado de agricultores familiares em situações de maior vulnerabilidade ou empobrecidos.

Para acessar os mercados institucionais, como é o caso específico do PNAE, quando os volumes de compras ultrapassam R\$ 100.000,00 por Chamada Pública⁸, como acontece com as compras da Prefeitura Municipal de Passo Fundo para a alimentação escolar, a entidade executora só pode efetuar as compras por meio de Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações. Os agricultores familiares, de forma individual, não podem participar do processo licitatório (neste caso, da Chamada Pública) e precisam estar vinculados a cooperativas ou associações. Assim, alguns dos agricultores familiares de Passo Fundo associaram-se na Coopervita, como forma de participar desse mercado, conforme o relato do referido entrevistado:

O problema é que a prefeitura não baixa a Chamada Pública de R\$ 700.000,00, R\$ 800.000,00. Então, para participar do PNAE nas escolas municipais, tem que ser por intermédio de uma associação, e como Passo Fundo não tem nenhuma cooperativa e nem associação, então aquelas entregas que nós fizemos há um tempo atrás, nós nos associamos na Coopervita, uma cooperativa do município de Tapejara. Nós entregávamos os produtos da nossa agroindústria através da Coopervita para a merenda escolar do município de Passo Fundo. Também o preço que eles estão

⁶ O município de Tapejara localiza-se a 56 km de Passo Fundo.

⁷ Conforme contato com o representante da Coopervita, havia cinco agricultores familiares de Passo Fundo associados à cooperativa, porém, dois mudaram-se para outros estados.

⁸ Nas compras da agricultura familiar para o PNAE, é permitida a dispensa do processo licitatório tradicional (Lei nº 8666/1993) e as compras podem ser realizadas por meio do instrumento de compra denominado Chamada Pública, desde que atendidos os preceitos constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e os preços estejam em conformidade com os preços médios praticados no mercado local (Amaral, 2016).

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

querendo pagar é inviável para nós participarmos. Nas escolas estaduais nós nunca tivemos problemas. Na nossa bolacha, a gente usa manteiga, não usa pré mistura. Aí não vale a pena, o preço que pagam é muito pouco, aí a margem é pouca. No Estado a gente não teve nenhum problema. A gente faz também o que as pernas alcançam, porque somos em dois apenas na nossa agroindústria (AF10, agricultor familiar, 2020).

Há que se mencionar o caso das compras em produtos da agricultura familiar das escolas estaduais para o PNAE, conforme o agricultor explica que é mais fácil comercializar seus produtos. Nas escolas estaduais, as compras para o PNAE são realizadas individualmente por cada escola, os valores das Chamadas Públicas são menores, são fracionados, assim há a possibilidade de maior participação de agricultores familiares de forma individual, não necessitando a vinculação com cooperativas ou associações (quando estes valores são menores que R\$ 100.000,00).

No tocante à agroindustrialização, em Passo Fundo considera-se um baixo potencial nesse segmento, quando comparado com Panambi, por exemplo, conforme pode-se observar no Quadro 3.

Quadro 3 – Agroindústrias cadastradas no Peaf em Passo Fundo

Agroindústria	Processamento
Agroindústria Biscoitos Garbin	Panificados
Agroindústria Della Rosso Alimentos	Leite
Casmaschi	Conservas e compotas
Lurdes Maria Vaz	Panificados
Posto de Abates Anesi	Abatedouro e embutidos
Posto de Abates Dorneles	Abatedouro e embutidos
Posto de Abates Ficagna	Abatedouro e embutidos
Posto de Abates Rizzi	Abatedouro e embutidos
Rosso Panificação	Panificados

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Quadro 3 demonstra a existência de nove agroindústrias em Passo Fundo cadastradas no Peaf. Para um dos extensionistas da Emater (AT4), há alguns fatores que dificultam a criação e o desenvolvimento de novas agroindústrias nesse município. No caso das agroindústrias de

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

origem animal, as principais dificuldades referem-se às exigências burocráticas para a criação, pois existem várias peculiaridades que demandam tempo e, muitas vezes, ajustes solicitados pelos órgãos competentes. Outro fator igualmente importante é a quantidade de mão de obra empregada nas agroindústrias, sejam elas de panificados, laticínios, doces, chás, conservas, queijo, carne ou hortaliças. Todas essas cadeias demandam certa quantidade de mão de obra, de aptidão e de empreendedorismo por parte dos agricultores, e em um cenário de valorização do preço da soja, por exemplo, muitos agricultores optam por se dedicar a uma cultura que necessite de mão de obra reduzida, dispenda menos trabalho e seja mais rentável, como se percebe a partir dos dados analisados em Passo Fundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por um longo período da história da agricultura brasileira, os agricultores familiares enfrentaram muitas dificuldades de acesso ao crédito, pois o Estado priorizou os médios e grandes agricultores. O contexto recente difere bastante, pois com o Pronaf há disponibilidade de crédito para os agricultores familiares, mesmo que ainda exista uma parcela desse segmento com dificuldades de acesso. Assim, este estudo teve como objetivo identificar os principais mercados que acessam os agricultores que se utilizam dessa política pública nos municípios de Passo Fundo e Panambi, no estado do RS, no período de 1995 a 2020.

Os agricultores pronafianos estão inseridos em diferentes tipos de mercados (convencionais, locais e territoriais, e institucionais) nos municípios de Panambi e de Passo Fundo, identificando, por meio das entrevistas e da pesquisa de campo, que os principais são: feiras livres, cooperativas de recebimento de grãos, mercado institucional da alimentação escolar (PNAE) e turismo rural (nesse caso, experiências específicas e localizadas).

As questões que emergem no estudo sobre os mercados dos agricultores pronafianos em Panambi e Passo Fundo expõem outros elementos, como o favorecimento de monoculturas e dificuldades de organização dos agricultores familiares em pequenas associações ou

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

cooperativas. Considera-se que tais aspectos só podem ser identificados quando se volta o olhar do pesquisador para um determinado espaço, podendo observar suas particularidades e ao dar voz aos sujeitos que possuem relação com o objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3LmcpngxF9M4vKSsBm4nLCPB/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 jan. 2022.

ALBERTI, V. Fontes Oraís: histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

AMARAL, V. R. **Potencialidades e limites da política de alimentação escolar na promoção da agricultura familiar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATTISTI, I. D. E.; WRITZL, D. N.; ROTTA, E. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise da distribuição regional dos recursos no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 29, n. 1. P. 1-23, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.17880>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/17880>. Acesso em: 26 set. 2024.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV- XVIII**. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARVALHO, L. V.; ALMEIDA, R. B.; SILVA, J. G. Análise dos financiamentos para a agricultura familiar na região sul e seus estados. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 12, ed. Esp. (Dossiê), p. 89-116, 2022. DOI:

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

<https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3928>.

Disponível

em:

<https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3928>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas:** mercados, interação social e a construção da confiança. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CRUZ, N. B. *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/restr/a/Vh4gyBhmFdqqMbMstWmBdGL/>. Acesso em: 07 maio 2023.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. *Extensão rural*, v. 29, n. 1, jan./mar; 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179668371>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/68371>. Acesso em: 29 jun. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016. IBGE 2017

LOPES, I. D. **Análise da operacionalização do programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas de Passo Fundo - RS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

LOPES, I. D. Contribuições e limitações do Pronaf na percepção de atores sociais locais em Passo Fundo/RS. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 13, p. 122-147, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4662>. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/4662>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. *In:* DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 168-196.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S.. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. *In:* DOULA, S. *et al.* (org.). **A**

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados. 1. ed. Viçosa: Suprema, 2014. p. 43-68.

NOSKOSKI, L. E. C. *et al.* O Pronaf no estado do Rio Grande do Sul: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 5, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i5.3836>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3836/2405>. Acesso em: 24 set. 2024.

PANAMBI. **Lei municipal nº 198, de 29/06/1963.** Regula a organização e o funcionamento das “feiras-livres” na cidade de Panambi. Panambi, 1963. Disponível em: <https://panambi.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7727&cdDiploma=19630198>. Acesso em: 13 out. 2020.

PASSO FUNDO. **Lei nº 156/50.** Institue Feiras Livres e aprova a respectiva regulamentação. Passo Fundo, 1950. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/passo-fundo/lei-ordinaria/1950/16/156/lei-ordinaria-n-156-1950-institue-feiras-livres-e-a-prova-a-respectiva-regulamentacao>. Acesso em: 06 out. 2020.

REIS, E. O. dos. **A agregação de valor na agricultura familiar como estratégia para ao desenvolvimento local endógeno: o caso das agroindústrias de Panambi – RS.** 2018. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2018.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y mercados. **Boletín de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe**, n. 17, p. 5-7, 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/4/i3788s/i3788s.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 20 set. 2024.



Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

 27 a 29 de novembro

 Evento online

 even3.com.br



SEMINOTTI, J. J. A diversificação na produção da agricultura familiar. *In*: TEDESCO, J. C. *et al.* (org.). **Movimentos e identidades sociais**: estudos em perspectiva. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015. p. 240-267.

TEDESCO, J. C. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – pós-anos 90. Passo Fundo: UPF, 2006.

TEDESCO, J. C. Modernização, patrimônio cultural e dinâmicas familiares: estratégias camponesas territoriais de desenvolvimento no centro-norte do RS. **Ruris**, v. 4, p. 133-166, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v4i1.709> . Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16831>. Acesso em: 10 abr. 2023.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. **Madeiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temática**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 08 jan. 2022.